



COMPETÊNCIAS DE RACIOCÍNIO MORAL E JULGAMENTO MORAL EM ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR: REALIDADE E DESAFIO

Madalena Cunha⁽¹⁾, Jéssica Figueiredo⁽²⁾, Joana Breia⁽²⁾, João Pina⁽²⁾, Sónia de Almeida⁽²⁾, Tiago Oliveira⁽²⁾

⁽¹⁾ CI&DETS, Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Saúde de Viseu

⁽²⁾ Instituto Politécnico de Viseu - Escola Superior de Saúde de Viseu

Introdução: No ensino superior, o objetivo principal passa por estimular conteúdos e princípios morais latentes que possam favorecer a formação de estudantes cujos alicerces das suas ações se pautem por padrões de conduta ético-morais resultantes de avaliações críticas, isto é, preconiza-se a realização de uma avaliação crítica que permita ao indivíduo descobrir ou afirmar uma relação objetiva e intrínseca entre dois objetos ou conceitos (Biblioteca Virtual em Saúde - DeCS, 2018). O conhecimento das realidades efetivas e das percepções dos estudantes permitirá converter a escola, numa comunidade pró-ativa de aprendizagem.

Objetivo: Identificar as competências morais prevalentes nos estudantes do ensino superior.

Métodos: Estudo descritivo em corte transversal, realizado com 345 estudantes do IPV, 80% mulheres, com média de idades de 20,82 anos. Aplicou-se o Questionário de Dilema dos Operários e Dilema do Médico, versão original Lind (1998), versão portuguesa de Bataglia (1998), adaptado por Ribeiro e Menezes (2000).

Resultados: 75% dos estudantes revelaram um raciocínio moral adequado (50.1% razoável e 24.9% bom). 24.9% manifestaram um inadequado raciocínio moral. O raciocínio moral estabelece uma relação inversa com a idade, indicando que os participantes mais jovens manifestam melhor raciocínio moral ($\beta=-0.12$; $p=0.033$). No caso do julgamento moral, 75.5% dos estudantes possuem um adequado julgamento moral (50.1% razoável e 25.5% bom). 24.3% demonstraram um inadequado julgamento moral.

Conclusões: Os resultados apurados sugerem que se promova mais formação na área das competências morais, de forma a que a sociedade atual possa contrariar o desenvolvimento de contra-valores (ex: mentira). Considera-se que a escola, sendo um elemento de identificação, deve ajudar os estudantes a exercitarem-se em práticas ético-morais mais sustentadas para que estes sejam ainda “justos” e responsáveis e tomem decisões sensatas. Assim, sugere-se a promoção de discussões dilemáticas, criando dissonância cognitiva através da apresentação de casos, possibilitando aos estudantes desenvolver a sua maturidade cognitiva e moral.

Palavras-chave: Estudantes; Princípios Morais; Julgamento